ANPEGE

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

SEÇÃO TEMÁTICA

PANORAMA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL 2023

REVISTA DA ANPEGE

ISSN 1679-768X

VOLUME 19

N. 39 (2023)

30 ANOS ANPEGE

DOI: 10.5418/RA2023.V19I39.17611

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 nº. 39 (2023) | e-issn: 1679-768x

PRIMAVERAS QUE MATURAM NO OUTUBRO: A EVOLUÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL

Springs that ripe in october: the evolution of postgraduate programs in Geography in Brazil

Primaveras que maduran en octubre: la evolución de los programas de posgrado en Geografía en Brasil

ADÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA

Doutor e pós-doutor em Geografia pelo IESA-UFG. Professor da graduação e do programa de pós-graduação em Geografia da UFT – Porto Nacional. Presidente da Anpege: gestão 2021-2023 – "Outros Outubros Virão"

Resumo: Este texto visa apresentar a seção especial da *Revista da ANPEGE*, cujo título é *Panorama da Pós-Graduação em Geografia no Brasil 2023.* Por se tratar de uma edição (muito) especial, compreendi não ser possível uma simples apresentação como "carta de recomendação", mas com a necessidade de realizar um relativo aprofundamento na contextualização da realidade da pós-graduação em Geografia (PGG) no Brasil. Nesse sentido, este texto explora rapidamente a história da PGG para, em seguida, apresentar o seu quadro conjuntural, buscando relacioná-lo aos fatores políticos, sociais, econômicos e culturais de seu contexto. Logo, a análise de conjuntura é a metodologia adotada para a sua construção, tendo como suporte bibliográfico artigos publicados na *Revista da ANPEGE* em seções temáticas anteriores com propósitos semelhantes.

Palavras-chave: Programas de pós-graduação em Geografia no Brasil; Contextualização; Análise de conjuntura.

Abstract: This text aims to present the special section of the ANPEGE Magazine whose title is *Panorama of Postgraduate Studies in Geography 2023*. As it is a (very) special edition, I understand that a simple presentation as a "letter of recommendation" is not possible, but with the need to carry out a relative deepening in the contextualization of the reality of postgraduate studies in Geography (PGG) in Brazil. In this sense, this text quickly explores the history of PGG and then presents its current situation, seeking to relate it to the political, social, economic and cultural factors of its context. Therefore, conjuncture analysis is the methodology adopted for its construction, using as bibliographic support articles published in the ANPEGE Magazine in previous thematic sections with similar purposes.

Keywords: Postgraduate programs in Geography in Brazil; Contextualization; Situational analysis.

Resumen: Este texto tiene como objetivo presentar la sección especial de la Revista ANPEGE cuyo título es *Panorama da Post-Graduação em Geografia 2023*. Al ser una edición (muy) especial, entiendo que una simple presentación a modo de "carta de recomendación" no es posible, pero con la necesidad de realizar una relativa profundización en la contextualización de la realidad de los estudios de posgrado en Geografía (PGG) en Brasil. En este sentido, este texto explora rápidamente la historia de PGG para luego presentar su situación actual, buscando relacionarla con los factores políticos, sociales, económicos y culturales de su contexto. Por lo tanto, el análisis de coyuntura es la metodología adoptada para su construcción, utilizando como soporte bibliográfico artículos publicados en la Revista ANPEGE en secciones temáticas anteriores con similares propósitos.

Palabras clave: Programas de Postgrado en Geografía en Brasil; Contextualización; Análisis situacional.

INTRODUÇÃO

Neste ano de 2023, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege) completa 30 anos de existência. Em que pese ela parecer ser jovem, este período de sua existência foi marcado por conjunturas muito distintas, garantindo-lhe uma dinâmica movimentada frente aos avanços e recuos da pós-graduação e

da pesquisa científica no Brasil em consonância com as sucessivas políticas voltadas ao setor.

A emergência da associação em 1993 foi o resultado de intensos debates e disputas narrativas que já se arrastavam havia 15 anos, desde quando em 1978, na realização do 3º Encontro Nacional de Geógrafos em Fortaleza (CE), arautos da Geografia Crítica conseguiram empreender mudanças substanciais no estatuto da AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros), garantindo-lhe abertura e democratização nas relações (Teixeira e Silva, 2016; Antunes, 2008; Suertegaray, 2007). Nesse intervalo de tempo, três conjunturas políticas (anistia e reconquista dos espaços públicos pelos movimentos sociais: 1978-1984; "redemocratização" e transição democrática: 1985-1992; ascensão neoliberal: a partir de 1992) num contexto de estagflação e recessão econômica aguçaram os debates em torno da representação geográfica e da institucionalização da Geografia no Brasil. Sem dúvida, este quadro conjuntural marcou muito os primeiros programas de pós-graduação em Geografia existentes no país, sendo que cinco deles foram criados na década de 1970 e outros quatro na década de 1980.

Este número pequeno de programas de pós-graduação em Geografia em 1993 em comparação com outras áreas das ciências humanas, como por exemplo a Educação, a História e as Ciências Sociais, reflete em certa medida esse debate e remete à condição refratária da Geografia na constituição de seus programas de pós-graduação (em grande parte das ciências humanas na década de 1930, enquanto que em Geografia na década de 1970) e da associação que a representa por excelência (enquanto que nas outras ciências na década de 1970, em Geografia na década de 1990).

Os quinze anos que separam o evento da AGB em Fortaleza e o V Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia no Brasil, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, quando se criou a Anpege, serviram para atenuar a tensão e conformar a ideia de que a criação desta não esvaziaria as funções da AGB. Se, por um lado, para Ariovaldo Umbelino de Oliveira essa tensão era fruto das divergências político-ideológico-científicas entre Geografia Crítica e Geografia Quantitativa-Positivista, por outro lado, para Lúcia Helena de Oliveira Gerardi, era resultado da evolução da pós-graduação e da precípua necessidade de sua representação estrita (Teixeira e Silva, 2016). O fato é que em 1993 a Anpege foi constituída após a sua propositura entrar em pauta no referido encontro, algo que se esperava que acontecesse desde o ano de 1984, quando da realização do I encontro nacional.

Gerardi (2003) e Teixeira e Silva (2016) nos dão conta de que o fator de convergência para se avançar na proposta de criação da Anpege naquele momento foi a articulação do nome de Milton Santos para a presidência. Em que pese às suas reticências anteriores, Santos se convenceu pela força do movimento na conjuntura e foi convencido de sua importância política naquele momento para a empreitada, haja vista o seu enorme prestígio tanto dentro da Geografia e da AGB, quanto para fora da Geografia e em suas relações com a ciência brasileira em geral. Ao agradecer pela confiança por sua aclamação à primeira presidência da entidade, Milton Santos mencionou que

> várias vezes pensou que a ideia não era boa, mas o tempo e as várias atividades e responsabilidades dos geógrafos deveriam se unir em torno da associação que pretende elevar o patamar da Geografia e também dos debates e divergências que sempre existirão. O projeto da Geografia brasileira deve prosseguir (Teixeira e Silva, p. 106, 2016).

Nesta perspectiva a Anpege surge como associação representativa da pós-graduação em Geografia no Brasil, cuja filiação não é de profissionais, mas de programas. Apesar da forte divergência de perspectivas, os programas mais engajados em sua constituição foram o de Geografia Humana da USP e o da Unesp Rio Claro. A sua principal finalidade é a de organizar as demandas para a consolidação da pós-graduação e pesquisa em Geografia no país capitaneando o seu desenvolvimento. Em 1993, nove foram os programas que estiveram em sua base: GH-USP; GF-USP; Unesp-RC; Unesp-PP; UFRJ; UFPE; UFSC; UFMG; e UFS. Trinta anos depois esse número deu um grande salto e neste ano de 2023 são 76 programas de pós-graduação em Geografia em todas as unidades federativas do país (conforme demonstra a Tabela 1, logo abaixo).

Tabela 1 – Programas de pós-graduação em Geografia no Brasil por estado e nota

Região	Estado	PPGGeo	Década de criação	Nota atual
Sudeste	São Paulo	Unesp Rio Claro	1970	5
		USP Geografia Física São Paulo	1970	6
		USP Geografia Humana São Paulo	1970	6
		Unesp Presidente Prudente	1980	7
		Unicamp Campinas	2000	6
		Unesp Reitoria São Paulo	2010	4
		UFSCAR Sorocaba	2010	4
		Unesp Profissional Presidente Prudente	2010	4
	Rio de Janeiro	UFRJ Rio de Janeiro	1970	7
		UFF Niterói	1990	6
		UERJ Rio de Janeiro	2000	5
		PUC Rio de Janeiro	2000	5
		UERJ São Gonçalo	2010	4
		UFRRJ Seropédica	2010	4
		UFF Campos	2010	4
	Minas Gerais	UFMG Belo Horizonte	1980	6
		PUC Belo Horizonte	1990	5
		UFU Uberlândia	1990	5
		UFV Viçosa	2010	3
		Unimontes Montes Claros	2010	4
		UFU Pontal	2010	4

Região	Estado	PPGGeo	Década de criação	Nota atual
		UFSJ São João Del Rei	2010	4
		UFJF Juiz de Fora	2010	5
		UNIFAL Alfenas	2010	3
	Espírito Santo	UFES Vitória	2000	4
Sul	Paraná	UEM Maringá	1990	5
		UFPR Curitiba	1990	6
		Unioeste Rondon	2000	4
		UEL Londrina	2000	4
		Unicentro Guarapuava	2000	4
		UEPG Ponta Grossa	2000	5
		Unioeste Francisco Beltrão	2010	5
	Santa Catarina	UFSC Florianópolis	1980	5
		UFFS Chapecó	2010	3
	Rio Grande do Sul	UFRGS Porto Alegre	1990	5
		Furg Rio Grande	2000	4
		UFSM Santa Maria	2000	5
		UFPEL Pelotas	2010	4
Nordeste	Ceará	UECE Fortaleza	1990	4
		UFC Fortaleza	2000	6
		UVA Sobral	2010	4
	Rio Grande do Norte	UFRN Natal	2000	4
		UFRN PPEUR Natal*	2010	4
		UERN Mossoró	2010	4
		UFRN Caicó	2010	4
		UFRN Profissional Seridó	2010	4
	Bahia	UFBA Salvador	1990	4
		Uesb Vitória da Conquista	2010	4
		Uefs Profissional Feira de Santana	2010	4
		Uneb Salvador	2010	3
	Pernambuco	UFPE Recife	1970	5
	Maranhão	UFMA São Luís	2010	3
		UEMA São Luís	2010	4
	Piauí	IFPI Profissional Teresina	2010	3
		UFPI Teresina	2010	4
	Alagoas	UFAL Maceió	2010	4

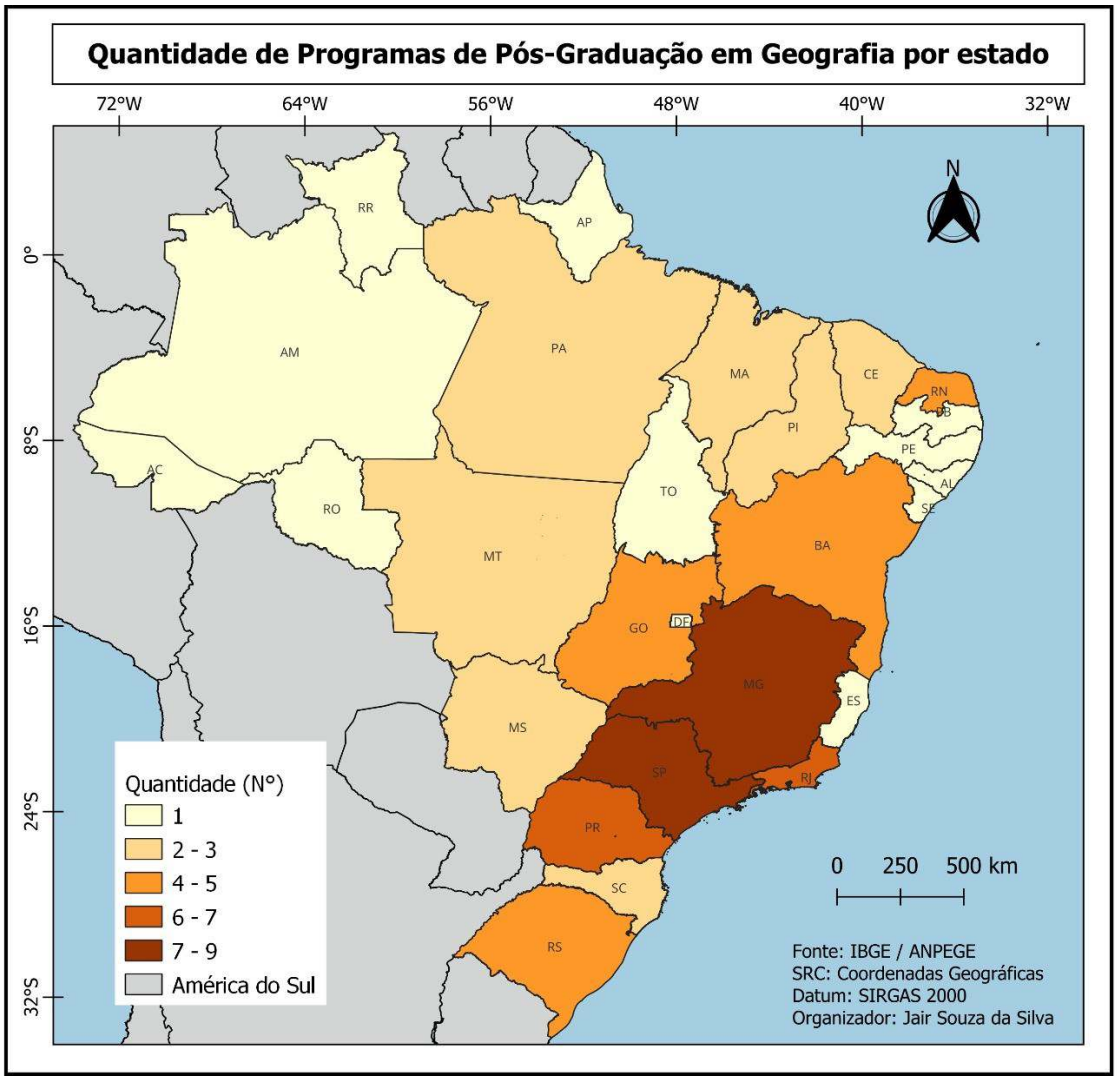
Região	Estado	PPGGeo	Década de criação	Nota atual
	Sergipe	UFS Aracaju	1980	4
	Paraíba	UFPB João Pessoa	2000	4
Centro-Oeste	Goiás	UFG Goiânia	1990	6
		UFG Catalão	2000	4
		UFG Jataí	2000	4
		UEG Cidade de Goiás	2010	3
	Mato Grosso	UFMT Cuiabá	2000	4
		UFMT Rondonópolis	2010	3
		Unemat Cáceres	2010	4
	Mato Grosso do Sul	UFGD Dourados	2000	5
		UFMS Três Lagoas	2010	4
		UFMS Aquidauana	2010	3
	Distrito Federal	UnB Brasília	1990	5
Norte	Pará	UFPA Belém	2000	5
		UEPA Belém	2010	3
	Tocantins	UFT Porto Nacional	2010	4
	Amazonas	UFAM Manaus	2000	4
	Rondônia	UNIR Porto Velho	2000	4
	Roraima	UFRR Boa Vista	2010	4
	Acre	Ufac Rio Branco	2010	3
	Amapá	UNIFAP Macapá	2010	3

* O Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR/UFRN) é da área de Planejamento Urbano e Regional da Capes, porém filiado à Anpege.

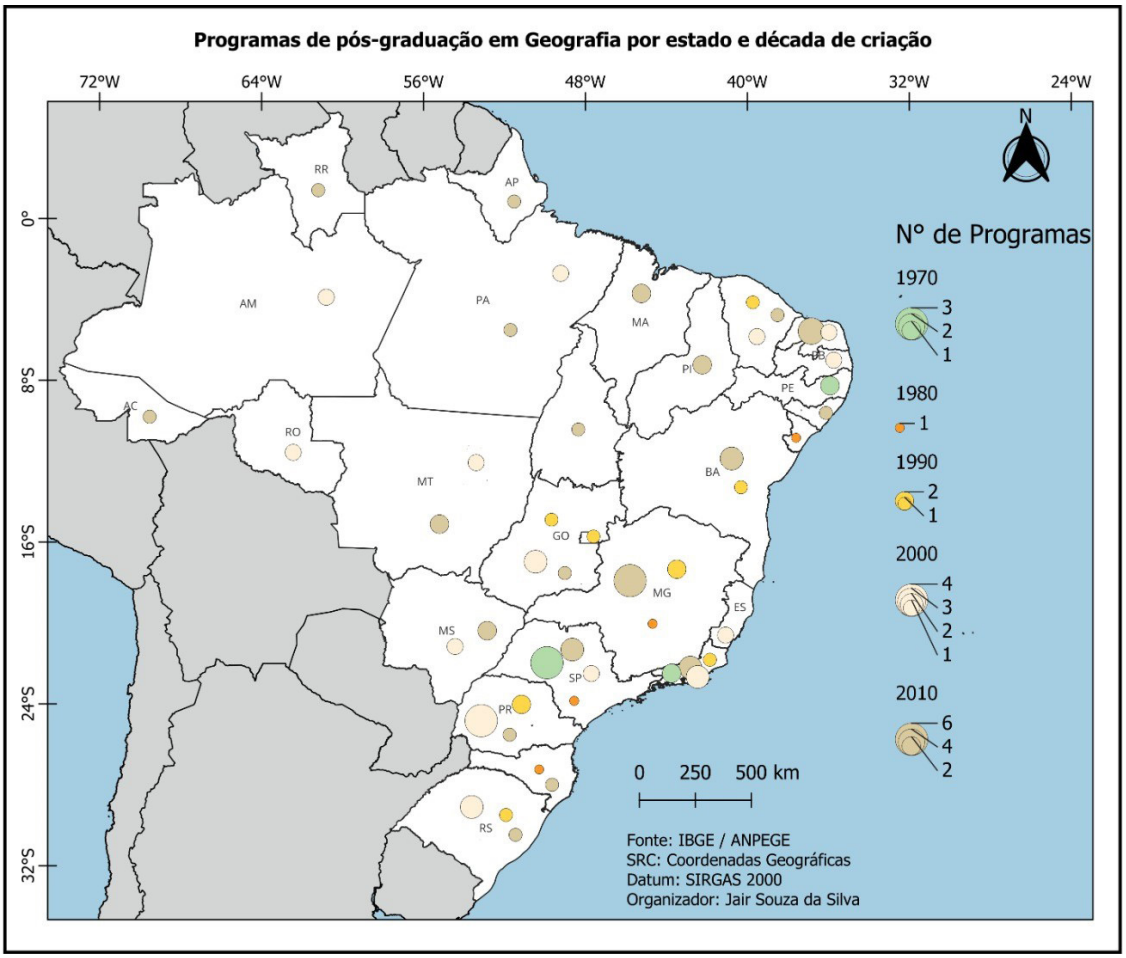
A Tabela 1 demonstra que a distribuição dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil ocorreu de forma bastante concentrada, sendo que dos 76 programas, 25 encontram-se na região Sudeste, ou seja, praticamente 1/3 do total. Os estados com o maior número de programas são Minas Gerais (9), São Paulo (8), Rio de Janeiro (7) e Paraná (7), notadamente os com maior população (sendo que o Paraná fica em 5º lugar, logo atrás da Bahia).

Por sua vez, a região mais rarefeita, a Norte, conta com o menor número de programas: oito ao todo, sendo que apenas o Estado do Pará tem mais de um programa, com dois no total. Todavia, cabe ressaltar que a rarefação populacional não exclui a sua existência desde tempos remotos da história do país, tampouco a sua articulação e importância relativa na economia nacional e dinâmicas urbana, regional e rural.

Mapa 1 – Quantidade de programas de pós-graduação em Geografia por estado



Mapa 2 – Programas de pós-graduação em Geografia por estado e década de criação



Sobre essa evolução dos programas de pós-graduação em Geografia, realizamos a sua periodização, sendo que cada período tem a conformação quase que coincidente com a década decorrente (Oliveira, 2023b). A seguir faremos a sua apresentação.

INTERPRETAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL

Em artigo recente (Oliveira, 2023b), apresentamos os 52 anos de história dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil conformados em cinco períodos, os quais desejamos resgatar neste momento. Contudo, cabe ressaltar que esta periodização muito se deve às conversas realizadas com o professor Charlei Aparecido da Silva, que por três gestões consecutivas foi o tesoureiro da Anpege e muito compreendeu sobre a dinâmica do funcionamento e existência dos programas, e com o professor Marco Mitidiero Júnior, presidente da associação na gestão 2019-2021 (gestão “Bacurau”), importante interlocutor e informante desde antes do período de transição de gestão.

1º Período: Formação Concentrada (1971-1984)

O primeiro período refere-se à década de 1970 e aos primeiros cinco programas que foram criados no Brasil. Porém, de acordo com Silva e Oliveira (2009), os fundamentos para esse movimento dos anos 1970 se constituíram 20 anos antes. Para esses autores,

> na década de 1950, "a geração de conhecimento e a formação de recursos humanos faziam parte da estratégia de crescimento rápido e acelerado desejado pelo país, tendo como elemento propulsor a expansão do setor produtivo" (Barros, 1998, p. 82). Entre 1950 e 1960 havia uma forte corrente que defendia o doutorado como forma regular e institucionalizada de se criar um corpo permanente de cientistas no país (Carvalho, 1992). Em 1952 o governo brasileiro firmou acordo com os EUA através do qual celebraram diversos convênios entre universidades. Desse modo muitos estudantes foram para os Estados Unidos para fazer mestrado e doutorado e muitos professores norte-americanos vieram para o Brasil a fim de desenvolver programas de pós-graduação (Cury, 2009, p. 9). No âmbito da Geografia, foram os geógrafos que trabalhavam no IBGE nesse período aqueles que mais usufruíram desse estímulo de formação de pessoal em nível de pós-graduação [...] (Silva e Oliveira, 2009, p. 81).

Com base no nacional-desenvolvimentismo predominante da "era Vargas", a potencialização das forças endógenas era fundamental para que o Brasil pudesse se colocar estratégica e positivamente no cenário econômico internacional. Parte dessa concepção estava presente também em sua sucedânea, a do "desenvolvimentismo associado" do regime militar, instituído a partir de 1964. Para ambas, o desenvolvimento científico era fundamental e além dos convênios com as universidades norte-americanas, um conjunto de outras medidas foi criado, tendo como destaque a criação da Capes em 1951, cujo nome era Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Silva e Oliveira (2009) elencam ainda:

- em 1953: implantação do Programa Universitário da Capes, visando estimular atividades de intercâmbio e cooperação;
- em 1964: a fusão da Capes com a Cosupi (Comissão Supervisora do Plano dos Institutos) e o Protec (Programa de Expansão do Ensino Tecnológico), dando origem à atual concepção da Capes como coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior;
- em 1964: criação do Funtec (Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico), transferido para a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) em 1974;
- em 1965: consolidação do regulamento da pós-graduação através do Parecer CFE (Conselho Federal de Educação) nº 977/1965.

Foi com base nesse arcabouço que foram criados os programas de pós-graduação na USP a partir de 1969, sendo que em 1971 surgiram os programas de pós-graduação em Geografia nesta universidade já divididos: o de Geografia Humana e o de Geografia Física, e ambos com mestrado e doutorado. No reboque da USP, surgem os

programas da UFRJ, da Unesp Rio Claro e da UFPE. Percebe-se, pois, a sua *concentração* no Sudeste, notadamente em São Paulo e no Rio de Janeiro, com uma breve extensão ao Nordeste.

2º Período: Expansão Concentrada (1985-1992)

Ao longo da década de 1980, apenas quatro novos programas de pós-graduação em Geografia foram criados. Obviamente, esta década foi a mais difícil nessa trajetória de 52 anos dos PPGGeos no Brasil, uma vez que ela trouxe à tona o colapso do modelo de desenvolvimento dos militares (desenvolvimentismo associado), baseado na forte vinculação ao capital financeiro internacional, especialmente o norte-americano, para a criação de redes de infraestrutura e para a concessão de créditos internos, além da abertura do mercado nacional a empresas multinacionais. Ainda na primeira metade da década de 1970, esse modelo dá sinais de esgotamento, levando ao seu descrédito na segunda metade desta década e à insuflação popular em função da crise econômica eminente. Logo, a década de 1980, marcada pelo processo de transição dos regimes autoritário ao democrático, seria dominada pela tensão política e econômica.

Nesse contexto, seria realmente muito difícil uma expansão mais significativa da pós-graduação; contudo, o que marcou o movimento foi a sua ortodoxia, uma vez que a pequena expansão foi absolutamente concentrada, ou seja, replicou-se a constituição de programas no Sudeste, reiterando emergência em São Paulo, e replicando mais uma experiência no Nordeste, além da criação do primeiro programa na região Sul.

3º Período: Desconcentração (1993-2002)

Os eventos que marcaram o movimento de desconcentração na criação dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil tiveram incidência nos anos de 1993 e 1994. A década de 1990 iniciou com a eleição de Fernando Collor de Mello para presidente do Brasil e, com ele, a implantação sem mediação da política de ajustes neoliberais. A radicalidade da agenda política de Fernando Collor desconsiderando a grave crise econômica em que o país se encontrava, o seu comportamento social extravagante e a sua inabilidade em lidar com os conflitos políticos no Congresso Nacional lhe renderam a cassação de seu mandato no ano de 1992. Mesmo tendo apresentado carta de renúncia no dia 29 de dezembro de 1992, o processo de *impeachment* tramitou no Congresso Nacional, reiterando a sua cassação e o tornando inelegível por oito anos. A denúncia que motivou o processo foi apresentada pelo próprio irmão do presidente, Pedro Collor de Mello, que o acusou de corrupção.

Com o afastamento de Fernando Collor, a presidência da República foi ocupada pelo vice-presidente, Itamar Franco, que nomeou o doutor em Ciências Sociais e professor de Ciência Política da USP, Fernando Henrique Cardoso, ministro das Relações Exteriores e, logo em seguida, ministro da Fazenda. FHC, como ficou conhecido, cuidou de apresentar imediatamente um plano para o controle inflacionário e a estabilização

monetária, denominado Plano Real. O sucesso imediato deste rendeu a FHC a prerrogativa de se candidatar à presidência da República no pleito seguinte, de 1994, tendo sido plenamente exitoso nas urnas.

, antes mesmo de FHC se tornar presidente, ainda em 1993, quando o Plano Real operava a reorganização da economia nacional, outro professor *uspiano* ascendeu a uma importante posição nas relações político-científicas: Milton Santos, aclamado o primeiro presidente da Anpege no V Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia no Brasil. A atuação da Anpege, dirigida inicialmente por Milton Santos, da USP, e na sequência por Bertha Becker, da UFRJ (1995-1997), ambos muito prestigiados no meio acadêmico e científico nacional, recolocou na pauta da agenda institucional a necessidade da expansão da pós-graduação em Geografia pelo país.

Todavia, o controle inflacionário e das distorções monetárias do governo FHC se submetia à ortodoxia neoliberal, fazendo com que os investimentos nas áreas sociais, dentre elas a Educação, fossem preteridos em relação aos incentivos à abertura do mercado nacional e ao pagamento da dívida externa. Assim, a expansão da pós-graduação em Geografia nesse período ainda foi tímida, mas assumiu a feição de desconcentrada, porque atingiu o Centro-Oeste e ampliou a cobertura no Nordeste e no Sul do país, surgindo neste contexto 10 novos programas.

4º Período: Descentralização (2003-2010)

Os dois mandatos de FHC e os oito anos de seu governo foram marcados pela ortodoxia político-econômica, ou seja, controlou-se o carro desgovernado da economia nacional, atrelando-a à tendência internacional de alinhamento de sua agenda aos ajustes neoliberais. No primeiro mandato, isso pareceu dar certo e a reabertura de crédito para o consumo interno deu fôlego e esperança para grande parcela da sociedade. Porém, logo em seguida os efeitos da ortodoxia começaram a ser expostos. A privatização de empresas públicas estratégicas na economia e na geração de energia, a abertura do mercado nacional para o capital estrangeiro, a modernização telemática da produção fabril e de serviços, a priorização dos investimentos na cobertura dos ganhos da grande produção, o compromisso inadiável com o pagamento da dívida externa, tudo isso impactou nas camadas populares da estrutura social, desassistidas de investimentos na manutenção e ampliação do SUS, na cobertura educacional e sua necessária correção das desigualdades, na previdência social, na concretização do ciclo da reforma agrária, na moradia popular e superação do déficit habitacional, na geração de emprego etc.

A sensível insatisfação popular com os resultados em médio prazo da ortodoxia neoliberal de FHC se expressou nas urnas em 2002, quando finalmente, após quatro candidaturas consecutivas, Luiz Inácio “Lula” da Silva se elegeu presidente com um programa *neodesenvolvimentista* baseado no social-redistributivismo. O discurso de campanha, falando em superação das assimetrias regionais e na retomada do crescimento a partir do fomento da economia de base, local e regional, gerando emprego e renda, se cumpriu em grande medida. Rompendo com a lógica do *planejamento estratégico*

fragmentado e setorial, recomendado pelas agências multilaterais, e retomando a premissa de um planejamento integrado em holístico, as políticas públicas passaram a ser elaboradas com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

A ideia básica consistia em apoiar as iniciativas na estabilização monetária do Plano Real para fomentar a produção, o emprego, a renda e o consumo de base local, fortalecendo a economia de forma endógena, de dentro para fora. Para tanto, programas estatais como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o MCMV (Minha Casa Minha Vida) estimularam a indústria da construção civil, gerando milhões de empregos. Nesse sentido, a distribuição de renda não ocorreu pela correção de sua tributação, por exemplo, mas pela conversão do excedente da arrecadação na economia de base.

Para dar fluidez a essa política e cumprir com o objetivo de superar as desigualdades socioterritoriais no país, o governo Lula se apoiou no conhecimento científico, buscando tecnologias sociais e industriais com chances de êxito. Nesse sentido, o fomento à produção científica era fundamental e foi grande o investimento na ampliação do número de bolsas (e na correção de seu valor), de cursos, de *campus* das universidades federais, de professores e de vagas. Não obstante, foi grande também o investimento na ampliação dos institutos federais, que triplicaram a quantidade ao longo dos dois governos de Lula.

Nessa doxa, a década de 2000 representou um momento muito profícuo para a pós-graduação em Geografia no Brasil, que viu crescer a quantidade de programas em mais 22 novas iniciativas, estabelecendo-se de forma descentralizada em todo o território nacional.

5º Período: Interiorização (2011 aos dias atuais)

Este período se divide em dois momentos, sendo que o primeiro consiste nos governos de Dilma Rousseff, de 2011-2014 e 2015-2016; e o segundo nos governos golpistas de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022).

A presidente Dilma Rousseff foi escolhida pelo presidente Lula para ser a sua candidata à sucessão. Com as suas duas eleições em sequência, o PT (Partido dos Trabalhadores) tornou-se o primeiro partido no Brasil a ter quatro presidentes consecutivos num regime democrático. Sem dúvida, as políticas implantadas nos governos de Lula tiveram continuidade nos governos de Dilma, sofrendo uma ampliação e intensificação especialmente entre 2011 e 2014. Entre esses anos, o Brasil registrou os melhores números de seu desenvolvimento social no período da redemocratização. Não por acaso, 34 novos programas surgiram neste contexto, que somados aos 22 dos governos de Lula totalizam 56 programas de pós-graduação em Geografia nos 13 anos de governos do PT, contra 20 programas em 31 anos entre 1971 e 2002.

Esse processo consistiu num movimento de interiorização dos PPGGeos, radicalizando a produção pós-graduada e científica em Geografia no interior da faixa litorânea e no sertão centro-norte do país. Com esse movimento, a pós-graduação em Geografia

não só adquiriu capilaridade nacional, como também sofreu mudanças no seu padrão narrativo, revelando novos sujeitos, novos objetos, novas abordagens e novas perspectivas. Destacam-se especialmente as abordagens e as perspectivas, porque com esse movimento a Geografia do interior e do sertão passou a ser contada no lugar onde ela acontece e por gente desse mesmo lugar, ampliando assim a compreensão geográfica sobre o Brasil (de Paula, 2018).

Contudo, a partir de 2014-2015 uma artimanha golpista começou a ser tramada no âmbito político nacional. Apesar dos resultados econômicos e sociais positivos do primeiro governo de Dilma, havia muitas queixas sobre o seu jeito de tratar politicamente com a base aliada. Indisposta a negociar algo sobre o qual ela tinha concepção fechada, Dilma foi gerando um grande acúmulo de insatisfação política, especialmente no Congresso Nacional. Aproveitando-se disso, o seu adversário direto nas eleições de 2014, Aécio Neves (PSDB-MG), inconformado com a derrota nas urnas, resolveu contestar o resultado eleitoral para desestabilizar o início do segundo mandato de Dilma.

A tática de Aécio deu certo. Durante o ano de 2015 a Câmara dos Deputados travou projetos importantes do Executivo, inviabilizando a reprodução das políticas que reduziam as desigualdades, fazendo da crise política uma crise econômica. Dois fatores somaram peso nessa artimanha golpista. O primeiro deles foi a insatisfação direta do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, com o jeito intransigente da presidente, o que o levou a admitir e pautar o projeto de *impeachment* contra Dilma. O segundo foi o contexto internacional de ebulição da extrema direita, com implicações diretas no Brasil, onde esse movimento foi comandado pelo então deputado federal Jair Bolsonaro.

Assim, o *impeachment* representou um golpe contra o Estado Democrático de Direito, porque depôs a presidente com base no argumento falacioso de “pedaladas fiscais”, contrariando a manifestação pública das urnas de 2014. Isso levou à presidência o seu vice, Michel Temer, que corroborou com o golpe participando da conspiração contra a mandatária. O seu governo causou um revés na lógica social-redistributivista dos governos petistas, pois implementou uma política ultraliberal nos vários setores da agenda pública.

Porém, como em 2018 havia a grande chance de Lula retornar à presidência da República, haja vista que nas intenções de voto ele era o favorito na opinião pública, a conspiração forjou no meio judiciário a “Operação Lava Jato”, que julgou o ex-presidente por suposta corrupção, condenando-o em tempo recorde e levando-o à prisão antes do pleito eleitoral. Tal ação foi reforçada pela tática de divulgação de *fake news* pela grande imprensa. Essa mesma tática foi aprimorada para as redes sociais e esteve na base na eleição de Jair Bolsonaro (PSL-RJ) em 2018. Bolsonaro é um legítimo representante da extrema direita, de perfil neofascista, negacionista da ciência e contrário aos valores da universalidade e da diversidade.

Logo, entre os anos de 2016 e 2022, houve uma profunda decadência nos investimentos de desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no país, com impactos diretos na pós-graduação e no funcionamento das universidades.

GEOGRAFIAS DA ESPERANÇA: REVISITAR O BRASIL

Ao realizar a chamada para a Seção Temática *Panorama da Pós-Graduação em Geografia no Brasil 2023*, a diretoria da Anpege intencionou apurar junto aos programas a compreensão de si face a estas conjunturas. Dos 76 programas em Geografia e 77 filiados à Anpege (contando com o PPEUR/UFRN), 31 responderam à chamada, como demonstram a Tabela 3 e o Mapa 3, logo abaixo.

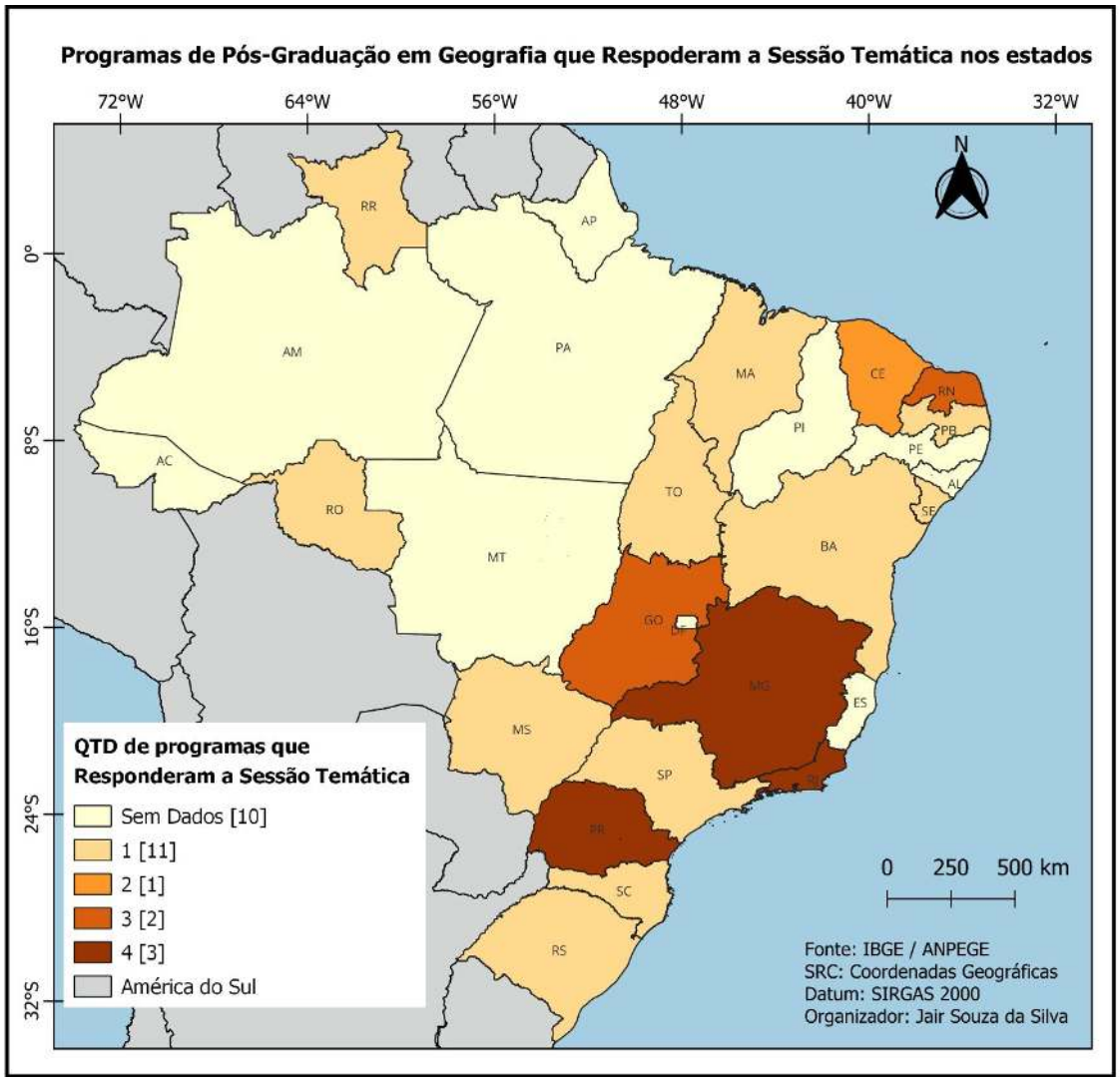
Tabela 3 – PPGs em Geografia que participam da seção temática panorama

Região	Estado	PPGeo	Década de criação
Centro-Oeste	Goiás	UFG IESA	1990
	Mato Grosso do Sul	UFMS Aquidauana	2000
	Goiás	UFG Jataí	2000
	Goiás	UEG	2010
Nordeste	Sergipe	UFS	1980
	Ceará	UFC	2000
	Rio Grande do Norte	UFRN Natal	2000
	Paraíba	UFPB	2000
	Bahia	UNEB	2010
	Rio Grande do Norte	UFRN Ceres	2010
	Rio Grande do Norte	UERN	2010
	Maranhão	UEMA	2010
	Ceará	UVA Sobral	2010
Norte	Rondônia	UNIR	2000
	Tocantins	UFT	2010
	Roraima	UFRR	2010
Sudeste	São Paulo	UNESP PP	1980
	Minas Gerais	PUC-MG	1990
	Minas Gerais	UFU	1990
	Rio de Janeiro	UERJ Maracanã	2000
	Rio de Janeiro	UFF Campos	2010
	Rio de Janeiro	UFRRJ	2010
	Rio de Janeiro	UERJ-FFP	2010
	Minas Gerais	UNIFAL	2010
	Minas Gerais	UFU Pontal	2010

Sul	Santa Catarina	UFSC	1980
	Rio Grande do Sul	UFSM	2000
	Paraná	Unioeste	2000
	Paraná	UEPG	2000
	Paraná	UEL	2000
	Paraná	Unicentro	2000

Fonte:

Mapa 3 – Programas de pós-graduação em Geografia por estado e década de criação



Julgamos que este número de resposta é bastante representativo, mas algumas considerações precisam ser feitas. Nenhum dos cinco programas pioneiros, originados nos anos 1970, colaborou com esta seção. Dos oito programas existentes em São Paulo, apenas um (Unesp-PP) apresentou artigo. Por sua vez, de oito programas existentes nos sete estados da região Norte, apenas três participam desta seção, sendo que no Pará, por exemplo, onde há dois programas, nenhum se encontra presente nesta publicação. Nenhum dos programas do Estado de Mato Grosso também se encontra aqui

presente. A ausência do panorama destes programas, nestes estados/regiões, nos retira parte do entendimento da lógica constitutiva dos PPGGeos neste contexto de pluralidade e diversidade.

Contudo, os 31 artigos que nos contam a história de PPGGeos de diferentes estados, regiões e períodos de criação sintetizam o grosso do que é essa massa crítica da pós-graduação e pesquisa. Realizar esse exercício no ano em que retomamos o curso da democracia pela superação do projeto neofascista da extrema direita e freamos o ultraliberalismo irresponsável das megacorporações econômicas é fundamental. Com ele nós reconhecemos os espaços de formação de excelência e produção de conhecimento científico em Geografia, para a partir de então podermos oferecer ao país a nossa contribuição à reconstrução da nação.

Mais do que nunca, precisamos ser Geografias da esperança, nos esperançarmos com o autoconhecimento e fomentar a esperança aos mais de 200 milhões de brasileiros que necessitam do conhecimento geográfico.

Boas leituras!

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. da F. *A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB):* origens, ideias e transformações: notas de uma história. Tese (em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, 2008.

DE PAULA, C. Q. Expansão da pós-graduação no território brasileiro e a emergência de sujeitos historicamente invisibilizados na pesquisa geográfica. *Revista da ANPEGE*, v. 14, nº 25, p. 39-70, 2018.

DUARTE, G. M. A pesquisa e a pós-graduação em Geografia no Brasil: os 10 anos da Anpege. ***Revista da ANPEGE***, v. 1, nº 1, p. 35-59, 2003.

GERARDI, L. H. de O. ANPEGE: o resgate de uma história. *Revista da ANPEGE*, v. 1, nº 1, p. 9-16, 2003.

LENCIONI, S. Linhas de pesquisa da pós-graduação em Geografia: mudanças, esquecimentos e emergência de (novos) temas. *Revista da ANPEGE*, v. 9, nº 11, p. 5-19, 2013.

LIMA, L. C. O Ceará na ANPEGE. *Revista da ANPEGE*, v. 2, nº 2, p. 39-44, 2005.

OLIVEIRA, A. F. de. Das dinâmicas socioterritoriais nas cidades ao desenvolvimento regional do território: trajetória de um itinerário formativo no PPGG-UFT. *Revista Tocantinense de Geografia*, Araguaína – TO, v. 12, nº 28, p. 490-507, dossiê 10 Anos do PPGG-UFT em Porto Nacional, TO, 2023a.

OLIVEIRA, A. F. de. Tão belo quanto a flor do pequi. *In*: GONÇALVES, R. J. A.; MARQUES, A. C. de O. (org.). *Dinâmicas territoriais do Cerrado*. Anápolis – GO: UEG, 2023b.

PINTO, V. A. M.; SILVA, J. M.; JUNCKES, I. J. Hegemonias temáticas, conceituais e de atores da Geografia: o caso da Revista da ANPEGE no Brasil. *Revista da ANPEGE*, v. 17, nº 32, p. 65-82, 2021.

SANT'ANNA NETO, J. L.; OLIVEIRA, M. P. de. Balanço e perspectiva da pós-graduação em Geografia no Brasil: considerações sobre a Avaliação Trienal de 2010/2012. Revista da ANPEGE, v. 10, nº 14, p. 7-25, 2014.

SILVA, J. B. da; DANTAS, E. W. C. A pós-graduação em Geografia no Brasil: uma contribuição à política de avaliação. *Revista da ANPEGE*, v. 2, nº 2, p. 21-37, 2005.

SILVA, J. B. da; OLIVEIRA, M. P. de. A trajetória da pós-graduação no Brasil e a ANPEGE: algumas questões. *Revista da ANPEGE*, v. 5, nº 5, p. 79-92, 2009.

SUERTEGARAY, D. M. A. Rumos e rumores da pós-graduação e da pesquisa em Geografia no Brasil. *Revista da ANPEGE*, v. 1, nº 1, p. 11-19, 2003.

SUERTEGARAY, D. M. A expansão da pós-graduação em Geografia e a ANPEGE. *Revista da ANPEGE*, v. 3, nº 3, p. 17-32, 2007.

TEIXEIRA, V.; SILVA, M. da. ANPEGE: contexto de formação e relações políticas e científicas. *Revista da ANPEGE*, v. 12, nº 19, p. 91-124, 2016.

MENDONÇA, F. Temas, tendências e desafios da Geografia na pós-graduação brasileira. *Revista da ANPEGE*, v. 2, nº 2, p. 7-20, 2005.